

SUMÁRIO

Apresentação	15
Prefácio.....	17

I. A Continuação Provisória da Atividade Econômica na Falência, 19

Carlos Roberto Claro

Introdução	19
1. Histórico da Continuidade de Negócio	23
2. Mudança de Paradigma	28
3. Lacuna Normativa	34
4. Conclusão	37
Referências	39

II. A Cláusula de Imposição de Foro Estrangeiro ou de Arbitragem no Transporte Internacional Marítimo de Carga: Nulidade Plena e a Não Submissão do Segurador Sub-Rogado, 41

Paulo Henrique Cremonese

I. Introdução.....	41
II. O contrato internacional de transporte marítimo de cargas e as cláusulas abusivas: a ilegalidade da cláusula de imposição de foro do armador.....	45
III. Considerações finais	54
Referências	57

III. *Compliance* e Sociedade Anônima do Futebol (SAF): reflexões práticas sobre estruturas de integridade nas entidades desportivas, 59

*José Laurindo de Souza Netto, Augusto Cesar Piaskoski
e Adriane Garcel*

1. Introdução	59
2. Programas de <i>compliance</i> aplicados aos clubes de futebol	60

3. Impactos da transformação dos clubes em Sociedade Anônima de Futebol (SAF) no Brasil.....	66
4. Adequação dos programas de <i>compliance</i> à estrutura das SAFs	69
5. Conclusão	75
6. Referências bibliográficas.....	76

IV. Consolidação Processual e Consolidação Substancial, 79

Ricardo Villas Bôas Cueva e Érica Ramos Venosa Mazzola

1. Introdução	79
2. A Consolidação Processual na Jurisprudência.....	79
3. A Consolidação Substancial na Jurisprudência	81
4. Inovações introduzidas na Lei nº 14.112/2020.....	85
5. Considerações finais.....	88
Bibliografia	88

V. Responsabilidade da Companhia Aberta Perante o Público Investidor, 91

Fernando Kuyven

1. Introdução	91
2. Relação informacional entre a companhia emissora e o público investidor	93
3. Ausência de isenção de responsabilidade em relação à companhia emissora	97
4. Regras que disciplinam o mercado de capitais combinadas com as regras gerais de responsabilidade civil.....	100
5. Igualdade de tratamento entre investidores de mercado	103
6. Responsabilidade da companhia pelos ilícitos praticados pelos seus órgãos.....	106
7. Culpa da companhia emissora pela desinformação e falta de controles internos	109
8. Dano direto ao patrimônio dos investidores de mercado	110
9. Nexo de causalidade entre os ilícitos informacionais e os danos aos investidores.....	114
10. Conclusão	117

VI. A Desregulamentação do Mercado de Seguros, 119

Luís Felipe Pellon

1. As bases para a mudança do Marco Regulatório.....	119
2. O Estado como Controlador do Setor de Seguros.....	120
3. A necessidade de Normatização e Fiscalização.....	122
4. Princípios administrativos da fiscalização de seguros.....	123
4.1. Princípios Especiais.....	123
5. As Teorias da Fiscalização.....	125
6. As Agências Reguladoras e suas competências.....	127
7. O alcance da desregulamentação.....	129

VII. O Crescimento do E-Commerce na Crise Pandêmica e a Repercussão Jurídica dessa Prática Comercial, 133

Jorge Luiz Lopes do Canto

I. Introdução.....	133
1. O crescimento do <i>e-commerce</i> na atual conjuntura.....	135
1.1. A repercussão jurídica da expansão comercial das transações eletrônicas.....	136
a) Pressuposto da informação.....	138
b) Pressuposto da segurança jurídica – proteção de dados.....	139
1.2. Compra e venda eletrônica.....	141
a) Prova da transação mercantil em meio eletrônico.....	145
b) O negócio jurídico eletrônico e as garantias daí decorrentes.....	147
2. O comércio eletrônico à luz da regulação jurídica nacional.....	148
2.1. A formação do contrato mercantil eletrônico.....	152
a) Princípio da boa-fé objetiva.....	155
b) Princípio da confiança.....	158
2.2. Causas de dissolução do negócio mercantil eletrônico.....	162
a) Resolução da transação eletrônica – arrependimento.....	164
b) Rescisão da transação eletrônica – falha na informação negocial.....	166
II. Conclusão.....	174
Referências Bibliográficas.....	177

**VIII. Da Natureza Jurídica e do Prazo Decadencial
Aplicável à Ação para Impugnação de Doações
Realizadas por Sócio de Sociedade Falida, 179**

Marcelo Vieira von Adamek

1. Introdução	179
2. A ação revocatória no direito brasileiro: medida conservatória do patrimônio do devedor falido, voltada a reintegrar bens à massa falida	180
3. A decadência do direito a impugnar doações dos sócios da falida: ação que não é revocatória nem se sujeita a prazo da lei concursal	184
4. Conclusão	192
5. Bibliografia	192

**VIX. Ordem Econômica no Brasil: Regulação Econômica,
Propriedade Intelectual e Inovação, 195**

Luciano Benetti Timm

Introdução	195
I. Ordem econômica brasileira.....	195
A. Livre mercado e livre iniciativa	195
B. Regulação econômica: concorrência e defesa do consumidor	198
II. Inovação e propriedade intelectual.....	201
Conclusão.....	207

**X. Tecnologia e Pandemia:
o novo direito empresarial, 209**

Carlos Henrique Abrão

I. Razão de Ser da Obra	209
1. Introdução	210
2. Empreendedorismo e Ambiente dos Negócios.....	211
3. Mutações do <i>E-commerce</i>	213
4. Capilaridades Societárias	214
5. Bancos Digitais.....	216
6. Mercado de Capitais.....	218
7. Recuperação Judicial e Quebra	220
8. Contratos Empresariais	221
9. Agronegócio e Investimentos.....	222

10. Direito Empresarial do Futuro.....	223
Bibliografia	227

XI. Impactos da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais na Atividade Empresarial, 229

Ney Wiedemann Neto

Introdução	229
1. Determinações da Lei Geral de Proteção de Dados	230
2. Impactos na atividade empresarial à luz da responsabilidade civil.....	243
Conclusão	258
Bibliografia	259

XII. Empresas e Direitos Humanos na Perspectiva do Sistema Interamericano, 261

*Anderson Ricardo Fogaça, Eduardo Cambi,
José Laurindo de Souza Netto e Leticia de Andrade Porto*

1. Introdução	261
2. As Empresas e os Direitos Humanos.....	262
3. A condenação do Brasil no caso empregados da fábrica de fogos de Santo Antônio de Jesus e seus familiares vs. Brasil	277
4. Conclusão	282
5. Referências.....	284

XIII. A Reforma da Lei de Recuperações e Falências, o Financiamento DIP (“debtor-in-possession financing”) e suas consequências para o processo de recuperação judicial, 287

Paulo Henrique dos Santos Lucon e Nathália Vargas

I. Introdução	287
II. O financiamento DIP	290
III. O financiamento DIP antes da reforma da LRF	292
a. O caso OAS	292
b. A insuficiência das previsões contidas na LRF antes da reforma.....	294
IV. As novas previsões da LRF	297
a. O enquadramento do negócio jurídico como financiamento e a necessidade de autorização prévia.....	297
b. Preservação dos atos praticados.....	300

c. A prioridade concedida ao financiador na falência.....	301
d. Outras alterações	303
V. Conclusões	304
VI. Bibliografia	305

XIV. Arbitragem e Justiça Estatal no Cumprimento de Título Executivo Arbitral – Peculiaridades, 307

Massami Uyeda

XV. Doenças Preexistentes e Seguro de Vida: em Torno dos Exames Médicos Prévios e os Efeitos de sua Ausência , 315

Thiago Junqueira e Ilan Goldberg

1. Introdução	315
2. Dever de declaração inicial do risco nos contratos de seguro: considerações essenciais.....	316
3. Os exames clínicos e as divergências de entendimento que suscitam	324
4. A boa-fé nos contratos de seguro e os efeitos que dela são irradiados na solução do tema em análise	330
5. Notas finais	336
Referências bibliográficas	339

XVI. Transformações da Empresa e do Direito Empresarial frente ao Novo Paradigma da Economia de Plataforma: Revisitando a Teoria da Firma, 343

Manoel Gustavo Neubarth Trindade

I. Introdução.....	343
II. O Novo Paradigma da Economia de Plataforma.....	345
III. Custos de Transação: o Preço de se utilizar o Sistema de Mercado	349
Determinantes dos Custos de Transação	355
Espécies de Custos de Transação	357
a) Custos de Pesquisa (<i>Search and Information Costs</i>).....	358
b) Custos de Negociação (<i>Bargain Costs</i>).....	358
c) Custos de Monitoramento e Implementação (<i>Policing and Enforcement Costs</i>).....	358

IV. Economia de Plataforma e a Eficiência Econômica por Meio da Redução Severa dos Custos de Transação	359
V. Teoria da Firma e o Aumento Relativo dos Custos de Internalização: o Retorno ao Mercado	362
VI. Mudança do Eixo Gravitacional do Financiamento da Atividade Empresarial do Mercado de Crédito para o Mercado de Capitais	369
VII. Conclusões	373
VIII. Referências Bibliográficas.....	373

**XVII. Sobre a Concursalidade dos Créditos
Submetidos à Recuperação Judicial, 375**

Flavio Galdino

I. Introdução.....	375
II. A Lei	380
III. A Jurisprudência.....	383
III.1. Sobre a configuração do marco temporal do fato gerador.....	383
III.2. Sobre determinados créditos acessórios.....	386
III.3. Sobre os créditos públicos não tributários	388
III.4. Sobre os honorários advocatícios sucumbenciais	390
III.5. Sobre os créditos decorrentes de contratos de seguro-fiança	393
III.6. Sobre os créditos locatícios e a possibilidade de despejo da recuperanda.....	394
IV. Análise Crítica e Conclusão.....	396

**XVIII. Pandemia e Recuperação de Empresas no Brasil:
A crise sob o enfoque da Nova Lei de Recuperação Judicial,
Extrajudicial e Falência, 407**

Elias Mubarak Júnior e Irini Tsouroutoglou

1. Introdução	407
2. Impactos da Pandemia do Coronavírus (Covid-19) no âmbito empresarial	408
3. Das Alterações Promovidas pela Lei nº 14.112/2020 na Lei de Falência e Recuperação Judicial e Extrajudicial.....	410
3.1. Financiamento do Devedor	411
3.2. Parcelamento de dívidas tributárias.....	412

3.3. Conciliação e mediação.....	412
4. Recuperação de empresas em época de pandemia.....	415
4.1. Impactos econômicos causados nas empresas que já estavam em processo de recuperação judicial.....	416
4.2. Impactos econômicos causados nas empresas que pediram RJ nesse período	419
4.3. Impactos econômicos causados em empresas que tiveram falência decretada nesse período	420
5. Conclusões.....	422
Referências	424

XIX. Arbitragem: Natureza Jurídica e Aplicabilidade nos Casos de Insolvência Empresarial, à Luz das Alterações Promovidas pela Lei nº 14.112/2020, 427

Henrique Munhoz Bürgel Ramidoff e Jamile Maria Gondek Provensi

Introdução	427
1. Razoável Duração do Processo e Métodos Alternativos de Resolução de Conflitos	428
2. Arbitragem: Natureza Jurídica e Aplicabilidade	432
3. Insolvência Empresarial e Arbitragem: as Alterações Promovidas pela Lei nº 14.112/2020	436
Considerações Finais	443
Referências	444

XX. Destituição do Devedor e Afastamento dos Administradores da Sociedade Recuperanda, 447

Carlos Henrique Abrão e Lucilaine Braga Luciano Candido Martins

1. Introdução.....	447
2. Trato Legal	448
3. Agir contra os interesses dos credores	450
4. Comportamentos Lesivos	451
5. Substituição e Nomeação Provisória	452
6. Assembleia de Credores	453
7. Síntese Geral Interpretativa.....	454
8. Jurisprudências.....	454
Referências	463

**XXI. A Harmonia entre o Avanço Tecnológico
e a Humanização da Justiça: Desafios
da Pós-Modernidade, 465**

José Renato Nalini

I. Introdução	465
II. As tecnologias no Judiciário	471
III. Os desafios da pós-modernidade	476
IV. Conclusão	479

XXII. Cinquenta Anos de Reformas Processuais, 483

Sidnei Beneti

1. O processo em fase crítica	483
2. Oralidade, concentração da causa e identidade do juiz no CPC/1939	485
3. O rigor doutrinário e a multiplicação de instrumentos processuais no CPC/1973	488
4. Reformas de aceleração e criação de “atalhos” procedimentais	491
5. O Código de Processo Civil de 2015: aglutinação de demandas, recursos repetitivos e participação	494
6. Conclusão	495

**XXIII. Entidades Não Lucrativas e a Lei de Recuperação Judicial
e Falência: Uma Análise a Partir dos Métodos Clássicos de
Interpretação de Carl Von Savigny e Rudolf Von Jhering, 497**

Luiz Roberto Ayoub e Dione Valesca Xavier de Assis

Associações podem pedir recuperação judicial e/ou falir?	501
--	-----